

J. Freitas



Quintanilha (à esq., com Gilmar Machado) viabiliza recursos para o novo mínimo

Comissão aprova mínimo de R\$ 375

Parlamentares reduzem verba para transposição do São Francisco e ampliam despesas com manutenção de rodovias federais

Estão garantidos os recursos que viabilizam, no Orçamento da União, o salário mínimo de R\$ 375 a partir de abril do próximo ano. A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem, com essa previsão de recursos,

o relatório da área de Trabalho, Previdência e Assistência Social. Os parlamentares acolheram outros relatórios setoriais: o de Integração Nacional e Meio Ambiente prevê corte de 82% nas verbas para transposição do rio São Fran-

cisco e o de Infra-Estrutura amplia os gastos com a manutenção de rodovias federais. A previsão de recursos para recuperar essas estradas deve passar de R\$ 1,8 bilhão neste ano para R\$ 2,2 bilhões em 2007. **Página 3**

Sai acordo entre cultura e esporte sobre incentivos

Artistas e esportistas selaram, no Senado, acordo sobre o projeto que cria incentivos para a área esportiva: deve ser garantida

a manutenção dos benefícios já destinados à área cultural. “Foi um dia proveitoso”, disse Fernanda Montenegro. **Página 8**



June Araújo

Renan (C) recebe Ney Latorraca (E), Lars Graef, Hortência, Bernard, Beatriz Segall, Fernanda Montenegro, Jucá e Agnelo Queiroz

FGTS pode ser usado na compra de lote residencial popular

Os recursos do FGTS poderão ser utilizados no pagamento parcial de um lote popular adquirido para uso residencial popular. Projeto substitutivo de Eduardo Azeredo aprovado ontem pela Comissão de Educação permite ainda o uso do fundo em outras situações, como pagamento de prestações do Sistema Financeiro da Habitação, amortização de parcelas do Fies e abertura de microempresa. **Página 8**

Aeronáutica prevê vôos normais no fim do ano

Comissão de senadores ouve do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos

Bueno, garantia de que tráfego aéreo estará normal no Natal e no Ano-Novo. **Página 4**



José Cruz

Senadores vão ao Comando da Aeronáutica buscar informações sobre tráfego aéreo

Cadastro positivo do consumidor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto de Rodolpho Tourinho que cria o cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito ou concessão de financiamentos. O objetivo é facilitar as compras do consumidor que cumpre as suas obrigações creditícias. **Página 7**

Dinheiro ilícito deve ir para fundo infantil

Foi acolhido pela CAE projeto de Patrícia Saboya que determina a destinação de recursos ilícitos ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. **Página 7**

Menos burocracia para abrir uma empresa

Projeto de Antonio Carlos Magalhães que facilita o registro de empresários e pessoas jurídicas foi aprovado pela CAE na reunião de ontem. **Página 7**



Parlamentar, que não disputou cargo nas últimas eleições, lembra "grandes momentos" vividos na Casa

Jorge Bornhausen se despede do Senado

Jorge Bornhausen (PFL-SC) fez na sessão de ontem o seu discurso de despedida do Senado Federal. O senador, que desempenha seu segundo mandato, foi eleito para os períodos 1983-1991 e 1999-2007, não tendo disputado cargo eletivo nas últimas eleições.

No seu longo pronunciamento, Bornhausen recordou o que classificou como os "grandes momentos" da história do Senado que vivenciou, incluindo sua participação no Colégio Eleitoral que em 1984 elegeu Tancredo Neves e José Sarney respectivamente presidente e vice-presidente da República.

Uma das maiores lutas que recordou ter travado no Senado foi pelo parlamentarismo, tendo sido relator, em 1984, de uma proposta



fotos: Célio Azevedo

Bornhausen recorda sua participação no Colégio Eleitoral em 1984

de emenda à Constituição que instituiria esse regime de governo no Brasil.

Após a despedida de Bornhausen, o presidente do Senado, Renan Calheiros, enalteceu a atuação do parlamentar na Casa e elogiou sua participação na história brasileira contemporânea.

Mão Santa diz que governo Lula é o pior da história do Brasil

"Este é o pior governo do Brasil em 506 anos de história." A afirmação foi feita ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), ao opinar que o PT tem se apresentado como uma organização criminosa.

Para Mão Santa, Lula é um homem de muita sorte, mas despreparado para governar. Além disso, afirmou, o presidente representa um mau exemplo para a popula-



Mão Santa: Lula é um homem de muita sorte, mas despreparado para governar

ção, referindo-se à informação de que Lula teria dito que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de livro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Acordo para votar duas MPs

O Plenário vota hoje, por acordo entre as lideranças partidárias, a Medida Provisória 318/06 e o Projeto de Lei de Conversão 24/06 – proveniente da MP 319/06.

Também em pauta indicações para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e embaixadas brasileiras no exterior.

Audiência debate crise no Incor

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 9h30 para debater a crise e os problemas financeiros do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo (Incor) e da Fundação Zerbini. Entre outros, estão convidados para a reunião o presidente do Conselho Diretor do Incor, Jorge Elias Kalil Filho, e o presidente da Fundação Zerbini, Ademar Sabino. Após o debate, os senadores analisam pauta de 12 itens, incluindo o projeto de lei que regulamenta a profissão de ecólogo.



CCJ discute proposta sobre pagamento de dívidas públicas

A primeira parte da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, promove a colocação do retrato do senador Edi-

son Lobão na galeria de ex-presidentes da CCJ. Em seguida, às 11h30, a comissão realiza audiência pública com o objetivo de instruir a proposta

de emenda à Constituição que cria regime especial de pagamento de dívidas pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

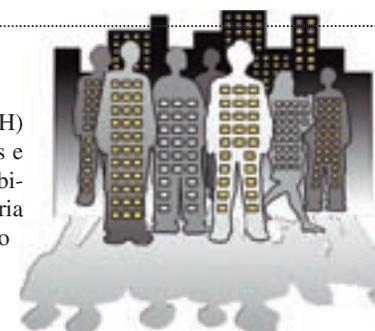
Coros Natalinos do Senado

A programação do 1º Festival de Coros Natalinos do Senado Federal começa às 10h, com a apresentação do Coro Feminino Cantares, no Serviço Médico. Às 10h30 o grupo canta na Gráfica do Senado, às 11h, no Prodasen e às 12h30, no Espaço Ivandro Cunha Lima.

O coral El-Shaddai canta às 18h no Prodasen e, às 19h, na Gráfica do Senado. O Primo Canto apresenta-se às 16h no Serviço Médico e, às 17h, na Gráfica do Senado. O Coral Marista canta às 16h no Interlegis e, às 17h, no Espaço Ivandro Cunha Lima.

A questão fundiária urbana em pauta

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se às 10h30 para debater os problemas relacionados a conflitos e regularização fundiária urbanos, tendo como foco a relação entre habitação e direitos humanos. Estão convidados para a reunião a secretária de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Raquel Rolnik, e o coordenador do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Antônio José de Araújo, entre outros.



Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 10h, às 14h30 e às 18h para discutir e votar os relatórios setoriais apresentados à proposta orçamentária de 2007.

Homenagem

A Comissão de Educação (CE) promove, às 14h30, cerimônia de colocação da foto do senador Osmar Dias (PDT-PR) na galeria de ex-presidentes da comissão. O senador presidiu a CE no período 2003-2005.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Alvaro Dias, Leomar Quintanilha, Mão Santa, Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti

Heráclito pede ao governo que esclareça norma sobre portos secos

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse ontem que foi uma boa política adiar a votação da Medida Provisória 320/06, que define novas regras para abertura de portos secos em todo o país. Heráclito afirmou que o governo não apresentou a MP de forma a deixar claro o que a proposta realmente significa, suas vantagens e desvantagens.

– Não sei por que essa pressa. A MP veio agora no final do ano com espírito natalino. Uns querem receber o Papai Noel, outros querem sangrar os cofres da União. Essa medida permite a proliferação de portos secos sem as devidas fiscalizações, como a fitossanitária. Uma questão dessa importância deveria ser discutida mais profundamente – frisou.

Heráclito disse ainda que a MP pode permitir a entrada des-



Roosevelt Pinheiro

Heráclito: “Uns querem receber o Papai Noel, outros querem sangrar os cofres”

controlada de armas ilegais no país, uma vez que a figura do fiel depositário goza de imunidade fiscalizatória fora dos limites do porto seco. O senador lembrou que existe um projeto elaborado pelo ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel que prevê instrumentos mais fortes de fiscalização.

Jucá convida senadores para discussão da medida provisória

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), convidou os líderes de partido e os demais senadores para uma reunião hoje, às 9h30, no gabinete da liderança do governo, para discussão da Medida Provisória 320/06, que trata da nova legislação sobre o modelo jurídico dos chamados portos secos.

Portos secos são estações aduaneiras localizadas no interior, fora dos limites marítimos ou fluviais, e podem ser abastecidos via transporte aéreo e rodoviário. A MP define que empresas poderão cobrar livremente os preços dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação. Entre as alterações incluídas na proposição está a definição de que, quando não houver interesse de empresários em



Célio Azevedo

Medida está impedindo votação de outras matérias importantes, frisa Romero Jucá

explorar portos secos, a Receita Federal prestará os serviços.

– A MP 320/06 foi aprovada na Câmara e enviada ao Senado, onde está travando a pauta da Casa e evitando a votação de outras MPs e matérias importantes. Por isso gostaria de contar com a presença dos senadores nessa importante discussão – enfatizou.

Líder do governo confirma acordo para CPI das ONGs no próximo ano

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que em reunião na segunda-feira, da qual participou junto com os líderes do PMDB, do PT e do PSDB, além do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), foi fechado um acordo para que a CPI que investigará irregularidades no repasse de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs) somente seja instalada

no próximo ano.

Segundo Jucá, a comissão deverá ser instalada logo no início da próxima legislatura. Ele registrou que os líderes Arthur Virgílio (PSDB-AM), Ideli Salvatti (PT-SC) e Ney Suassuna (PMDB-PB), além de Heráclito, autor da proposta da criação da CPI, entenderam que não haveria tempo hábil para que os trabalhos fossem realizados até o final deste ano.

Parlamentares da comissão acatam parecer de Quintanilha garantindo recursos para que o valor do salário mínimo seja elevado a R\$ 375, a partir de abril do próximo ano

CMO acelera exame de relatórios setoriais do Orçamento de 2007

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem os relatórios setoriais das áreas de Trabalho, Previdência e Assistência Social; Infra-Estrutura; e Integração Nacional e Meio Ambiente da proposta de Orçamento da União para o próximo ano. O colegiado também concluiu o exame do tema Agricultura e Desenvolvimento Agrário, com votação dos destaques, e apreciou o texto da área de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.

O parecer sobre Trabalho, Previdência e Assistência Social, elaborado pelo senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), garante recursos para que o salário mínimo seja elevado de R\$ 350 para R\$ 375, a partir de abril de 2007. Com essa decisão, os parlamentares deixaram de lado a orientação da equipe econômica para que o valor fosse elevado apenas para R\$ 367, refletindo o ritmo menor tanto da inflação como da economia neste ano.

Depois das mudanças definidas na comissão, o orçamento global das pastas ministeriais dessa área temática fechou em R\$ 249 bilhões. Do total, R\$ 190,3 bilhões correspondem aos gastos da Previdência Social, dos quais R\$ 181,3 bilhões referentes às despesas do Regime Geral da Previdência – que deve operar no próximo ano com um déficit previstos de R\$ 46,4 bilhões –, um crescimento de

13,1% sobre este ano.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vai dispor de R\$ 24,3 bilhões no ano que vem. Já o Ministério do Trabalho e Emprego contará com R\$ 35,2 bilhões – incluindo R\$ 31,5 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em parte transferido para projetos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Defesa sanitária

O relator do tema Agricultura e Desenvolvimento Agrário, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), aproveitou destaque que permitiu ampliar em R\$ 35 milhões as despesas na área de defesa sanitária animal e vegetal. Com o reforço, o combate à febre aftosa terá o total de R\$ 86 milhões, a proposta do governo já previa R\$ 51 milhões.

Ainda na manhã, foi aprovado o relatório referente à área de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, apresentado pelo deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE). O maior orçamento dessa área é o da pasta de Educação, com R\$ 26,4 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões estão reservados para o recém-criado Fundeb – fundo de fomento da educação básica.

Na área de Infra-Estrutura, que abrange os ministérios dos Transportes, das Comunicações e de Minas e Energia, deputados e senadores aumentaram, com emendas, os gastos em R\$ 1,86

bilhão, boa parte dirigida à recuperação e construção de rodovias em todo o país. As despesas com manutenção de estradas federais vão aumentar, passando de R\$ 1,8 bilhão neste ano para R\$ 2,2 bilhões em 2007.

Os três ministérios concentram a maior parcela dos investimentos diretos do governo em 2007. Só o dos Transportes investirá R\$ 5,2 bilhões. As 52 empresas dos três ministérios programaram investimentos de R\$ 45,5 bilhões, encabeçadas pela Petrobras e suas subsidiárias, as quais executarão programas e obras previstos em R\$ 39 bilhões.

Transposição

O parecer setorial sobre Integração Nacional e Meio Ambiente, apresentado pelo deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), prevê corte de 82% nas verbas destinadas ao projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Parlamentares dos estados que serão beneficiados pela obra protestaram, entre eles Bismarck Maia (PSDB-CE). Márcio Reinaldo argumentou que a prioridade é reduzir a poluição das águas do São Francisco e promover a recuperação das matas às suas margens.

A CMO concordou em aumentar em R\$ 148 milhões os recursos para irrigação e reforço com outros R\$ 194 milhões o Proágua Infra-Estrutura. Esse programa financia a construção e recuperação de barragens, açudes e adutoras.

Renan entrega prêmio a Henrique Meirelles

O presidente do Senado, Renan Calheiros, entregou o troféu Brasileiro do Ano, na categoria Economia, ao presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, em cerimônia promovida pela revista *IstoÉ*, na noite de segunda-feira, em São Paulo. O presidente Lula foi agraciado pela revista com o título de Brasileiro do Ano de 2006.

Foi lançado ontem, no Congresso Nacional, o livro *A história de um rebelde*, que trata dos 40 anos de existência do PMDB. Ao discursar durante o evento, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), destacou que a obra de 423 páginas relembra, entre outros assuntos, o papel que o partido exerceu durante o recente processo de democratização do país.

O responsável pelas pesquisas que resultaram no livro foi Tarcísio Delgado, ex-deputado federal e prefeito de Juiz de Fora (MG).



Gerardo Magela

Na solenidade, Renan cumprimenta o presidente do BC

Renan recebe relatório do TCU sobre crise na aviação, enquanto grupo de senadores se reúne com o comandante da Aeronáutica



Alberto Silva propõe a adoção de medidas emergenciais para os controladores de voo

Alberto Silva oferece sugestões a Lula para resolver crise

Ao opinar que o momento não é para eleger culpados, mas para resolver a crise que se abateu sobre a aviação brasileira, Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu ao presidente Lula que convoque o Conselho da República e peça autorização para adotar medidas de exceção.

As providências a serem tomadas, na avaliação do senador, seriam a concessão de um aumento nos vencimentos dos controladores de voo e a seleção imediata de novos profissionais para o setor. “O conselho pode autorizar um reajuste emergencial, ainda que na forma de gratificação”, sugeriu.



Para Mozarildo, importação formalizada da Venezuela evitaria evasão de divisas

Mozarildo quer que Roraima possa importar gasolina

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) dirigiu apelo ao governo federal para que edite medida provisória permitindo que o governo de Roraima possa importar gasolina da Venezuela, onde o litro do produto custa um décimo do valor cobrado no Brasil.

– Eu e o governador Ottomar Pinto já fizemos várias gestões nos ministérios para conseguir essa isenção legal, o que formalizaria a importação, evitando evasão de divisas para o país e melhorando a vida econômica da nossa população, que é brasileira e paga mais caro por isso – concluiu.

ACM e Sibá dizem que Aeronáutica assegurou vôos na época de festas

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) comunicou ao Plenário que o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, disse estar assegurada a normalidade do tráfego aéreo durante o Natal e o Ano-Novo.

O senador integra a comissão especial da Casa que acompanha os desdobramentos da crise da aviação civil, e que foi recebida ontem por Luiz Carlos Bueno. Também participam do colegiado Arthur Virgílio (PSDB-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Sibá Machado (PT-AC).

De acordo com ACM, o comandante da Aeronáutica informou que parte dos equipamentos necessários ao bom funcionamento dos aeroportos já está sendo instalada, mas os mais importantes só serão postos em funcionamento dentro de mais seis meses.

– O brigadeiro Bueno comunicou que já foram contratados controladores para trabalhar no período de festas, em caráter emergencial, devendo também ser realizado concurso para a função. Ele teria também apontado a necessidade de engenheiros civis irem colaborar com a Ae-

ronáutica.

Sibá Machado, em aparte, lembrou que o comandante da Aeronáutica se mostrou bastante confiante quanto à proximidade da solução para a crise do setor.

– Foi uma das reuniões mais positivas de que participamos nos últimos dias. Até a semana que vem eu acredito que esta comissão apresentará um relatório substancial para que tanto o Congresso quanto o Poder Executivo encontrem a solução mais apropriada para a crise, de modo a tranquilizar os usuários do sistema de transporte – destacou Sibá.

Alvaro afirma que “apagão logístico” é inevitável

Alvaro Dias (PSDB-PR) referiu-se mais uma vez à iminência de um “apagão logístico”, para ele inevitável, em razão da falta de investimentos do governo em infra-estrutura. O senador classificou a crise na aviação civil como exemplo do menosprezo do governo federal pela área.

O parlamentar mencionou que o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), apontou como fatores geradores da crise o contingenciamento de recursos, a falta de habilidade de gestores e o déficit



Alvaro considera que são necessários mais investimentos em infra-estrutura

de pessoal.

– O governo foi devidamente informado e alertado há pelo menos três anos sobre a deterioração do sistema de controle de vôos – enfatizou.

Alvaro ressaltou que, enquanto o presidente Lula anuncia que a crise no setor estaria sob controle, o ministro da Defesa, Waldir

Pires, teria dito que “só muita fé e reza evitarão novo colapso aéreo no final deste ano”.

O senador citou dados do Ministério das Cidades sobre saneamento básico e sua influência sobre a saúde da população. Dos R\$ 12,8 bilhões previstos para a área nos quatro anos do governo Lula, só teriam sido empenhados R\$ 5,12 bilhões.

– Os investimentos com recursos públicos devem ter sustentabilidade. Portanto, manter o fluxo de desembolso é vital – insistiu Alvaro Dias.

Além disso, de acordo com o parlamentar, o Brasil tem hoje índice de leitos nos hospitais inferior ao recomendado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde.



Cristovam pergunta se dirigentes estão à altura do momento e da responsabilidade

Cristovam questiona preparação dos dirigentes mundiais

Após ler em Plenário o discurso de despedida do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, Cristovam Buarque (PDT-DF) perguntou se os dirigentes do mundo estão à altura do momento e da responsabilidade que recai sobre eles.

– Mais do que nunca, a Humanidade precisa de um sistema mundial que funcione. E a experiência tem demonstrado, repetidamente, que o sistema é pouco eficaz quando os Estados estão divididos e carecem de liderança, mas funciona melhor quando há unidade, uma liderança clara e a participação de todos – destacou o parlamentar.



“Embora tenha cabelos brancos, ainda sou uma pessoa de esquerda”, diz Suplicy

Suplicy comenta declaração do presidente Lula

Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou declarações do presidente Lula, que disse que “uma pessoa idosa esquerdista” ou “uma pessoa muito nova de direita” estaria “com problemas”. O senador afirmou que todas as pessoas têm problemas durante a vida.

Suplicy declarou que, embora tenha cabelos brancos, é uma “pessoa de esquerda”, pois continua querendo justiça e liberdade efetiva para todos, e citou o arquiteto comunista Oscar Niemeyer, que completa 99 anos nesta semana.

Almeida Lima (PMDB-SE), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Romeu Tuma (PFL-SP) apoiaram o pronunciamento do colega.

TCU vê necessidade de mais investimentos no setor aéreo

Momentos após o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovar, na tarde de ontem, o relatório da auditoria feita pelo órgão no setor aéreo, o relator, ministro Augusto Nardes, entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, cópia do documento.

Segundo o ministro, o relatório concluiu que é necessário maior investimento por parte do governo federal no setor. Nardes disse que recursos de R\$ 522 milhões contingenciados entre 2004 e 2006 poderiam ter sido aplicados no controle de vôos. O relatório também propõe melhor planejamento da contratação de pessoal, uma vez que os profissionais são contratados por meio de concurso



Ministro Augusto Nardes entrega a Renan (D) uma cópia do relatório de auditoria

público e precisam passar por treinamento adequado.

– O relatório é um documento propositivo. Servirá de apoio para evitar que o país passe novamente

por este caos. Nossa proposta é que o governo coloque mais recursos no Orçamento para o setor – disse o ministro em entrevista coletiva após o encontro.

Valadares pede apoio para proposta de Estatuto do Produtor Rural

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu o apoio dos parlamentares e da sociedade à proposta de sua autoria que visa instituir o Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06).

– O Estatuto do Produtor Rural é apenas o início de um trabalho que precisa ser aprimorado com a contribuição dos parlamentares e das entidades ligadas ao setor agropecuário. Meu desejo é de que a construção do estatuto tenha a efetiva participação dos próprios produtores rurais, que vivenciam no dia-a-dia as dificuldades práticas – disse.

A matéria será analisada inicialmente pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e depois pelas de Assuntos Econômicos (CAS) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O projeto define como produtor rural toda pessoa física ou jurídica que explore a terra com fins econômicos ou de subsistência por meio de agricultura, pecuária, silvicultura, extrativismo sustentável, aquíicultura, ou outras atividades que contribuam para o desenvolvimento da agricultura e para o progresso do meio rural.



Valadares espera contribuições da sociedade civil e dos produtores rurais

Exclui da categoria quem cultiva plantas psicotrópicas ou que explora trabalho escravo.

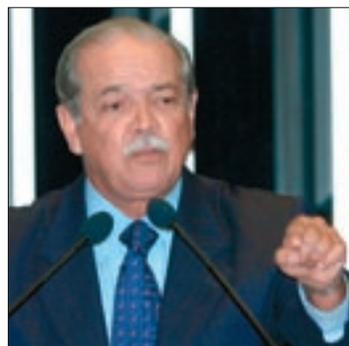
Entre outros pontos, disse Valadares, o projeto determina que a assistência técnica e extensão rural públicas são direitos de todo produtor rural; estabelece que o seguro rural, com custo compatível com a rentabilidade da atividade agropecuária, é direito do produtor; dispõe sobre a reforma agrária e o crédito fundiário; e trata dos projetos de irrigação, drenagem e eletrificação rural, com ênfase na preservação do meio ambiente, na viabilização do aumento da produtividade agropecuária e na redução dos custos de produção.

César Borges culpa governo pela execução de dívida dos cacauicultores

César Borges (PFL-BA) culpou o governo pela situação vivida pelos produtores de cacau da Bahia, que estão sendo executados pela Justiça com a cobrança da dívida agrícola. Para o parlamentar, o setor, que já vinha sendo prejudicado pela baixa cotação internacional do produto, pela queda do dólar perante o real e pela praga vassoura-de-bruxa, está em pior situação agora, devido à cobrança da dívida.

César Borges, no entanto, disse ter “uma boa notícia” para os produtores de cacau. Segundo ele, a Vara Única da Justiça Federal da cidade de Ilhéus (BA) concedeu liminar acatando ação civil pública ajuizada pelo Sindicato dos Cacauicultores da região. A medida garante a suspensão da inscrição dos devedores no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (Cadin).

O senador explicou que o problema decorreu do fato de os débitos dos agricultores com o Banco do Brasil terem sido transferidos para a União, com a compra, pela mesma, dos títulos das dívidas. Com isso, a dívida agrícola



César Borges anuncia que inscrição dos devedores no Cadin foi suspensa

transformou-se, de acordo com César Borges, em dívida fiscal, com a conseqüente inscrição dos cacauicultores na dívida ativa. Ele assinalou que cerca de 90 dos 143 produtores signatários da ação civil pública receberam notificação da Receita Federal.

Crise energética

O senador ainda criticou o discurso de Sibá Machado (PT-AC), que disse haver garantias de fornecimento de energia elétrica até 2030. César Borges insistiu para que Sibá citasse a existência de obra de construção de hidrelétrica em andamento que fosse capaz de prevenir o “apagão energético” previsto pela oposição.

Senadora solicita a Dilma Rousseff que não sejam concedidas à iniciativa privada, para cobrança de pedágio, as estradas nas quais foram feitos investimentos públicos

Ideli é contra a concessão de rodovias restauradas

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), informou ter enviado correspondência à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, sugerindo que rodovias federais e estaduais já ampliadas e reformadas com dinheiro público não sejam concedidas à iniciativa privada.

– Precisaremos, em determinadas situações, executar processos de concessão com cobrança de pedágio. Mas concessionar e estabelecer pedágios onde a obra está concluída, pronta, restaurada, duplicada e a iniciativa privada não investiu nenhum tostão, não é justo – opinou.

Ideli disse que o Tribunal de Contas da União (TCU) sinalizou positivamente para a continuidade do processo de licitação de sete lotes de estradas, entre



Ideli: edital de abertura das licitações é de 1997, antes de as reformas serem feitas

elas algumas já melhoradas com dinheiro público, pois o edital de abertura das licitações é de 1997. Ela citou como exemplo o trecho norte da BR-101, que passa por Santa Catarina, e que já foi restaurada, duplicada, sinalizada e mantida ao custo de R\$ 48

milhões para os cofres públicos nos últimos quatro anos.

Outra rodovia que pode acabar sendo licitada, acrescentou a senadora, é a BR-116, que recebeu investimentos públicos nos últimos quatro anos da ordem de R\$ 12 milhões. Ideli afirmou que o estado de Santa Catarina não tem pedágios em suas rodovias estaduais e federais.

– Santa Catarina, ao longo de quatro anos, teve em torno de R\$ 600 milhões aplicados nas rodovias federais. Agora, sem a entrada de nenhum tostão da iniciativa privada, entregar-se-ia exatamente o filé mignon, a BR-101 e a BR-116, à iniciativa privada para que pudesse cobrar pedágio? – questionou.

Serys Slhessarenko (PT-MT) apoiou o pronunciamento.

Sibá garante que Brasil não terá crise de energia até 2030

Criticando os analistas que alertam para uma nova crise no setor elétrico, Sibá Machado (PT-AC) anunciou que o governo apresentará, ainda este mês, o 1º Plano Nacional de Energia.

– O Brasil poderá estar seguro de que, até 2030, está preparado para se antecipar a qualquer problema na área do abastecimento de energia e evitar crises como o apagão de 2001 – garantiu.

Sibá disse que, desde a década de 30, as empresas estatais de energia elétrica acumularam um acervo de dados relativos a comportamento dos rios e dos

mercados consumidores.

– No período das privatizações, o acervo foi descontinuado e o planejamento foi desmontado. Uma das primeiras providências do governo Lula foi o resgate do planejamento no setor de energia e o desenvolvimento de novo acervo de informações que permitam ao país conhecer suas demandas e sua realidade energética – afirmou.

Embora o governo Lula não tenha ampliado o sistema elétrico, Sibá disse que, a partir desse plano, serão estabelecidas as estratégias e as prioridades de



Sibá anuncia que o governo apresentará, este mês, o 1º Plano Nacional de Energia

expansão dos sistemas de geração e de transmissão nacionais, assim como de gasodutos e termelétricas. Ele ainda destacou o “perfil conservador” do planejamento e a obrigação das empresas distribuidoras de contratarem todo o seu mercado com antecedência.

Zambiasi defende emancipação de municípios

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu proposta de emenda à Constituição de sua autoria que devolve aos estados a competência para legislar sobre as emancipações de seus respectivos municípios. A PEC 13/03 retira da União a prerrogativa de legislar sobre o assunto.

Zambiasi, baseando-se em pesquisas da Universidade Fe-



Zambiasi: condições socioeconômicas melhoraram após a emancipação

deral do Rio Grande do Sul, destacou o fato de muitas regiões emancipadas recentemente terem apresentado melhorias nas condições socioeconômicas.

– Segundo essas pesquisas, municípios novos passam a cuidar melhor do patrimônio público, de escolas, redes de saúde, infra-estrutura, saneamento, limpeza, inclusive desenvolvendo ações ambientais com atenção à preservação de rios, nascentes e matas – disse.

Zambiasi assinalou que nos países mais avançados, em termos de administração pública, os municípios têm grande autonomia administrativa e financeira. Esse seria o caso da Suécia, cuja administração é 72% municipalizada.

“Em primeiro lugar, há que haver a vontade política de dotar o Brasil de um sistema educacional digno do nome”, adverte senador pelo Amapá

Papaléo: educação deve ser vista como política de governo

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) reivindicou ontem um tratamento de autêntica política pública para a área da educação. Ele considerou fundamental que as sucessivas administrações públicas, sobretudo em nível federal, deixem de considerar a educação apenas como um programa de governo, que sofre alterações a cada troca de governantes.

– Em primeiro lugar, há que haver – e peço desculpas pelo uso do lugar comum – a vontade política de dotar o Brasil de um sistema educacional digno do nome. Será por meio dessa vontade, transformada em firme decisão, que se atingirá o objetivo. Somente assim, conferindo ao gesto político o sentido de



Papaléo alerta para a necessidade de melhorar formação de professores

compromisso moral com a nacionalidade, que a educação deixará de ser programa de governo – o que aliás, nem sempre ocorre para se constituir em autêntica política pública, uma real ação de Estado – disse.

Papaléo alertou para a necessidade de melhoria na formação e, principalmente, na remuneração dos professores. Sugeriu mesmo um acordo envolvendo todos os entes federados para possibilitar o pagamento de salários adequados aos docentes.

O parlamentar propôs ainda a vinculação de programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família, à frequência das crianças às aulas; o oferecimento de cursos de formação continuada aos professores; e a adoção do horário integral na rede escolar pública.

Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) apoiou o pronunciamento de Papaléo. Sibá Machado (PT-AC) destacou conquistas do governo no campo educacional.

Paim elogia aprovação de projeto que sugere reflexão sobre diferenças

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a aprovação do projeto (PLS 286/06) de sua autoria que institui a data 10 de agosto como o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças. Outro projeto de Paim (PLS 285/06), ainda em tramitação, autoriza o Executivo a criar o programa Cantando as Diferenças, destinado a realizar a inclusão social de grupos discriminados.

O objetivo da proposta aprova-

da é promover a reflexão sobre as diversidades nos aspectos sociais, culturais, individuais e do meio ambiente. A data foi escolhida em homenagem ao sociólogo, professor e deputado federal Florestan Fernandes, falecido em 10 de agosto de 1995. A proposição foi acolhida com emenda do relator Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Paim também destacou a importância do Dia Mundial da Luta contra a Aids, transcorrido em 1º



Proposta de Paim institui Dia Nacional de Reflexão do “Cantando as Diferenças”

de dezembro, e elogiou a equipe do programa *Inclusão*, da TV Senado, vencedor do 8º Prêmio Imprensa Embratel.

Lula voltou as costas para aumento do trabalho infantil, diz Lúcia Vânia

Lúcia Vânia (PSDB-GO) apontou ontem omissão do governo federal no combate ao trabalho infantil. Citando pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a senadora destacou o fato de o governo do presidente Lula ter permitido o aumento do trabalho infantil no Brasil, depois de 12 anos de queda.

Ao repercutir matéria publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, Lúcia Vânia atacou o governo pela falta de aplicação de recursos orçamentários da ordem de R\$ 100 milhões no programa Jornada Ampliada, o qual desenvolve ações voltadas para crianças fora do horário escolar.

– Sem o Jornada Ampliada, qual mãe não se sente tentada a mandar seus filhos para as ruas



Lúcia Vânia lamenta o aumento do trabalho de menores após 12 anos

venderem balas nos sinais de trânsito ou fazerem bijuterias até terem os braços doloridos, como está ocorrendo com 6 mil menores em Limeira [SP]? – indagou a senadora, referindo-se a reportagem sobre aumento do trabalho infantil, esta publicada pelo jornal *O Estado de S.Paulo*.

Pavan, eleito vice-governador, faz pronunciamento de despedida

Ao se despedir ontem do Senado, Leonel Pavan (PSDB-SC) agradeceu aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por terem aprovado, em reunião pela manhã, projeto de sua autoria que institui o vale-hospedagem. Ele agradeceu ainda ao relator da matéria, José Agripino (PFL-RN). Em janeiro, Pavan tomará posse como vice-governador de Santa Catarina.

– Todos nós, nesta Casa, temos um tema, um assunto pelo qual nos interessamos em especial. Nós defendemos a pesca, a agricultura, a educação, a solução dos problemas sociais, mas, em nenhum momento, deixamos de lado a nossa bandeira que foi o turismo. E saio desta Casa con-



Leonel Pavan deixa Senado convencido de que auxiliou o setor de turismo

victo de que contribuimos muito com esse setor – afirmou.

O vale-hospedagem é um mecanismo voltado para estimular o turismo dos trabalhadores de menor poder aquisitivo nos períodos de baixa estação.

Senado promove até amanhã o 1º Festival de Coros Natalinos

O Coral do Senado completa dez anos e, em comemoração ao seu aniversário, o Senado Federal está realizando o 1º Festival de Coros Natalinos, aberto ontem com apresentações do Cantus Firmus e do Coral do Senado. O evento ocorreu no Salão Nobre do Congresso Nacional e contou com a participação do diretor-geral do Senado, Agaciela da Silva Maia, um dos responsáveis pelo surgimento do coral.

– O Coral do Senado é motivo de orgulho para nós, servidores da Casa – afirmou Agaciela na abertura do encontro.

Hoje, o festival seguirá com

apresentações itinerantes dos corais Cantares, Marista, Primo Canto e El-Shaddai em diversos locais do complexo desta Casa. O encerramento será amanhã na Sala Martins Penna, do Teatro Nacional, às 20h, com a presença de todos os coros participantes e a orquestra de músicos de Brasília.

O 1º Festival de Coros Natalinos é uma iniciativa do Cerimonial da Presidência do Senado e do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional da Secretaria de Recursos Humanos, em parceria com o Sindilegis.



No Salão Nobre do Congresso, o Coral do Senado e o Cantus Firmus fazem apresentação conjunta

Senadores da comissão acolhem, em decisão terminativa, diversos projetos que estabelecem medidas relevantes para o setor econômico e a sociedade brasileira

Projeto reduz contribuição do setor de energia

A proposta de Rodolpho Tourinho que inclui as receitas decorrentes dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia no regime cumulativo da contribuição para o PIS-Pasep e a Cofins foi acolhida ontem, em votação terminativa, pela CAE. A matéria (PLS 237/05) foi relatada por Romeu Tuma (PFL-SP), que ofereceu parecer favorável.

— É sabido que a energia elétrica constitui insumo para qualquer atividade. Retirar o setor do regime da não-cumulatividade, portanto, além de restaurar a justiça social, trará benefícios a toda a economia. A redução dos preços não ficará restrita à tarifa de energia, mas será geral, aliviando a inflação — observa o parlamentar.

Mudança efetuada na legislação aumentou de 3,65% para 9,25% a carga tributária do setor elétrico, enquanto setores como o de telecomunicações foram beneficiados com taxa menor.

Comissão rejeita a venda de remédio em supermercado

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos rejeitaram na reunião de ontem projeto de lei de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que permitiria a venda de remédios que não necessitam de receita médica em supermercados, armazéns e lojas de conveniência. A proposta (PLS 146/06) foi sugerida pela Associação Capixaba de Supermercados (Acaps).

Audiência sobre a política nacional da construção civil

A política nacional para a construção civil será debatida amanhã, às 10h, em audiência na CAE. Requerimento nesse sentido, de autoria de Ideli Salvatti (PT-SC), foi aprovado ontem pelo colegiado.

Entre os temas a serem abordados na audiência destaca-se o fortalecimento da política nacional para a construção civil, com as devidas conseqüências no produto interno bruto e na geração de empregos.

CAE aprova cadastro positivo para facilitar crédito ao consumidor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que cria o cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito ou concessão de financiamentos ao consumidor. Atualmente, esses serviços só dispõem de cadastros negativos — listas de pessoas inadimplentes.

O objetivo do projeto (PLS 263/04) é facilitar as compras do consumidor que cumpre as suas obrigações creditícias. Segundo o relator, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a proposta vem em boa hora e corrige uma distorção que prejudica o bom pagador. O texto, que acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, deve seguir para análise da



Projeto de Tourinho pode seguir direto para o exame da Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados, caso não haja recursos para que seja apreciado pelo Plenário do Senado.

Vale-hospedagem

Na mesma reunião, a CAE aprovou projeto (PLS 488/03) de Leonel Pavan (PSDB-SC) que

institui o vale-hospedagem, a ser fornecido pelo empregador ao trabalhador, durante a chamada baixa estação. Com isso, acredita o senador, a rede hoteleira, que ele considera a espinha dorsal da indústria de turismo, seria beneficiada em períodos de maior capacidade ociosa. A proposta prevê dedução no Imposto de Renda Pessoa Jurídica das despesas efetuadas pelas empresas em programas de hospedagem para lazer do trabalhador.

Pela proposição, os programas de hospedagem e o vale-hospedagem serão regulamentados, em conjunto, pelos ministérios do Turismo e da Fazenda. A matéria vai agora à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

Menos burocracia para a abertura de empresa

Projeto de lei que estabelece normas gerais para a simplificação do procedimento de registro de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pelos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos. De iniciativa de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a proposta, que já foi examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), recebeu na CAE parecer favorável do relator, José Agripino (PFL-RN).

O objetivo do projeto (PLS 415/05), destaca o relator, é unificar os cadastros de empresários e de pessoas jurídicas, simplificar os procedimentos de inscrição e cancelamento de registro e permitir aos órgãos de fiscalização



José Agripino, entre Jucá (D) e Heráclito, apresentou parecer favorável à proposta

fazendária de todas as esferas do poder o acesso às informações cadastrais e econômico-fiscais dos contribuintes. A Secretaria da Receita Federal será responsável pelas normas necessárias ao funcionamento do cadastro.

A proposição de Antonio Car-

los institui um alvará de funcionamento provisório, a ser expedido imediatamente após o ato de inscrição, o que permitirá o início imediato das operações do estabelecimento, ressalvados os casos em que o risco da atividade seja considerado alto.

Aquisição de aparelhos para tratamento de câncer

Parecer aprovado pela CAE autoriza a contratação de crédito no valor de até US\$ 3,074 milhões, com o DF Deutsche Forfait S.R.O., para aquisição de equipamentos hospitalares. A mensagem presidencial (MSF 244/06) foi acolhida com pedido para tramitação de urgência.

O relator, Osmar Dias (PDT-PR), informou que os equipamentos a serem importados se

destinam ao tratamento de câncer e à realização de diagnósticos por imagem e por endoscopia, e visam dotar de infra-estrutura de alta tecnologia 50 unidades hospitalares no país.

Causou polêmica na reunião do colegiado a discussão do projeto de lei complementar de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS) que define o repasse, pela União, aos estados e ao Distrito Federal,

em parcelas mensais e iguais, do montante equivalente às respectivas perdas anuais de arrecadação decorrentes da desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados, estabelecida pela Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir). Depois de muito debate, o presidente da comissão, Luiz Otávio (PMDB-PA), concedeu vista coletiva por uma semana.



Projeto de Patrícia Saboya depende agora de exame da Comissão de Justiça

Dinheiro ilícito recuperado pode ir para fundo infantil

Na reunião de ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao projeto que determina a destinação de valores adquiridos ilícitamente por agentes públicos e recuperados por pessoas jurídicas de direito público para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. O projeto (PLS 393/05), de autoria da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), recebeu parecer favorável do relator, senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM).

A matéria será, agora, examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Os recursos recuperados pelo poder público que estiverem originalmente vinculados a determinada área, por determinação constitucional, deverão permanecer com a mesma destinação, conforme o texto. A proposta considera ato ilícito qualquer ação ou omissão dolosa ou culposa que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União.

Patrícia Saboya argumenta, na justificativa do projeto, que são muitos os desafios, no país, para fazer valer os direitos das crianças e dos adolescentes, apesar dos avanços que estão sendo obtidos para erradicar o trabalho infantil.

— Nada mais indicado, portanto, do que destinar os valores havidos ilícitamente por agentes públicos e recuperados pelas pessoas jurídicas de direito público para os fundos dos direitos das crianças e adolescentes nos diversos níveis da Federação. Esse é o modo mais adequado e decente de se aplicar, no futuro do Brasil, o dinheiro ilegitimamente desviado no passado — ressalta a senadora.

Emenda de redação ao projeto de lei que cria incentivos para a área esportiva irá garantir a manutenção dos benefícios já destinados à área cultural

Esporte e cultura se entendem sobre incentivo

Representantes da área cultural e da área esportiva travaram uma verdadeira queda-de-braço ontem, no Senado, em defesa de recursos para suas respectivas áreas. O impasse só foi resolvido com a perspectiva de um acordo para a elaboração e aprovação de uma emenda de redação ao projeto de lei (PLC 118/06) que cria incentivos para a área esportiva, garantindo a manutenção dos benefícios já destinados à área cultural.

A matéria, aprovada em 28 de novembro na Câmara, permite um abatimento de até 4% do Imposto de Renda devido das empresas

e 6% das pessoas físicas que fizerem doações a projetos esportivos. Mas, segundo a classe artística, a proposta compete com a Lei Rouanet (Lei 8.313/91), que destina o mesmo percentual de deduções para investimentos feitos em projetos culturais.

Com a emenda de redação, que deverá ser assinada pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Wellington Salgado (PMDB-MG), as deduções continuam com os mesmos percentuais, mas a fonte de recursos que beneficia a área esportiva deixa de ser a Lei Rouanet e passa a ser a

legislação que prevê incentivos fiscais voltados para programas de alimentação do trabalhador e renovação tecnológica (Leis 6.321/76 e 8.661/93).

Segundo Wellington Salgado, relator da matéria na Comissão de Educação (CE), o projeto, já com a nova emenda, deverá ser votado hoje, às 14h30, na comissão, e, depois, seguir em regime de urgência para o Plenário, onde deverá receber parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o objetivo de agilizar a aprovação da proposta.

Peregrinação

Assustados com a possibilidade

de que a proposta, sem alterações, fosse votada na CE ontem, representantes da área cultural iniciaram uma peregrinação pelos gabinetes e corredores do Senado. Um outro grupo de igual importância na área do esporte também defendeu a votação imediata do projeto.

Diante do impasse, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), chegou a garantir aos artistas que a matéria não seria votada enquanto não houvesse um acordo que satisfizesse ambas as categorias.

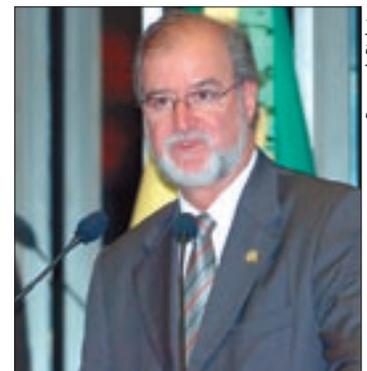
– Não há clima para se votar esse projeto agora – disse Ideli.

Comissão aprova outras possibilidades de uso do FGTS

Os recursos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão ser usados no pagamento parcial de um lote popular adquirido para uso residencial, segundo texto substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 18/02 que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE). Os lotes deverão estar em parcelamentos urbanos aprovados pelo poder público local.

Elaborado pelo relator desse e de outros 13 projetos sobre o mesmo tema, o substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) incluiu ainda outras possibilidades de uso de recursos do FGTS. Entre elas, o pagamento de prestações do Sistema Financeiro da Habitação, a amortização de parcelas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), limitada a 70% do valor da parcela, e a constituição de microempresa por titular de conta vinculada que esteja desempregado.

A CE aprovou ainda, em decisão terminativa, três propostas. O Projeto de Lei 224/00, de autoria da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que estabelece a oferta gratuita, ou a preço de custo, de livros didáticos impressos em braile; o Projeto de Lei 297/99, do então senador Luiz Estevão, que institui – como estipula emenda do relator, senador Leonel Pavan (PSDB-SC) – bolsa de estudos destinada ao aperfeiçoamento profissional dos integrantes das carreiras de policial federal, civil ou militar e dos integrantes dos corpos de bombeiros e das Forças Armadas; e o Projeto de Lei 286/06, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que institui o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, a ser celebrado em 10 de agosto.



Substitutivo de Eduardo Azeredo prevê pagamento de prestações da casa própria

Senadores debatem nanotecnologia

A Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, do âmbito da CE, realizam hoje, a partir das 10h30, audiência pública conjunta sobre a nanotecnologia. O debate foi proposto pelos senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Roberto Saturnino (PT-RJ).

Para Augusto Botelho, a nanotecnologia, uma ciência promissora que trabalha com a escala atômica, já mostra resultados surpreendentes na área médica, na produção de semicondutores e *chips*, entre outros setores.

O secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antônio Rodrigues Elias, está convidado para participar da audiência. Também deverá integrar a mesa de debates o coordenador do projeto multimídia NanoAventura, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marcelo Knobel.

Estão convidados, ainda, o diretor-geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, do Centro de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia, José Antônio Brum, bem como o coordenador de Nanomagnetismo do Instituto Milênio de Nanotecnologia, José D'Albuquerque e Castro.

A reunião acontece na Sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Artistas e esportistas em “um dia histórico”

A paz entre os artistas e os representantes do meio esportivo, que esteve ameaçada por uma disputa por incentivos fiscais, foi celebrada ontem em uma reunião da Comissão de Educação (CE). A atriz Fernanda Montenegro e a ex-jogadora de basquete Hortência sentaram-se ao lado do presidente da CE, senador Wellington Salgado, para confirmar um entendimento costurado desde o início da manhã por senadores da comissão.

O texto proveniente desse acordo deverá ser votado pela comissão em reunião extraordinária prevista para o início da tarde de hoje. Antes disso, porém, será submetido ainda ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deverá se encontrar e discutir o assunto com os ministros Gilberto Gil, da Cultura, e Orlando Silva, do Esporte.

– Este foi um dia proveitoso e esperamos que ambas as partes saiam daqui satisfeitas – disse Fernanda Montenegro, ressaltando que os termos finais do entendimento só seriam definitivamente conhecidos “quando saírem no *Diário Oficial*”.

Por sua vez, Hortência classificou esta terça-feira como um “dia feliz e histórico para o esporte”, pelo acordo que permitirá a aprovação de uma lei de incentivos fiscais à área. Ela disse ser pessoalmente um bom exemplo de inclusão social devido ao esporte, pois nasceu em uma família pobre, não tinha recursos para pagar um clube particular e acabou revelando seu talento no basquete por meio de um programa social municipal.

Logo na abertura dos traba-



Wellington Salgado entre Fernanda Montenegro e Hortência, que celebraram acordo

lhos, Wellington Salgado frisou estar satisfeito de conduzir uma reunião destinada a selar acordo tão importante para o esporte e a cultura. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), por sua vez, lembrou que os representantes dos dois setores mantiveram o respeito mútuo durante as negociações. Já o senador Flávio Arns (PT-PR) solicitou informações do governo sobre o montante de renúncia fiscal esperado e sobre como vem sendo feita a divisão dos recursos de incentivos fiscais pelas diversas regiões do país.

A construção de uma solução negociada, recordou o líder do PFL, senador Agripino (RN), evitou que os integrantes da comissão tivessem de fazer uma “escolha de Sofia” entre o esporte e a cultura. Poucos minutos antes, ele havia sido convidado a comparecer à reunião pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC), uma das principais articuladoras do entendimento.

Cultura e esporte

Ao receber em seu gabinete os atores Fernanda Montenegro, Beatriz Segall e Fernando Grassi,

os esportistas Bernard Rajzman e Hortência, além de outros representantes da cultura e do esporte, o presidente do Senado, Renan Calheiros, celebrou o acordo que permitirá a aprovação de uma norma legal que garanta às pessoas físicas e jurídicas incentivos iguais para os investimentos aplicados em cultura e em esporte. Ele salientou que agora é preciso vencer as etapas para que o acordo se concretize.

– Agora é conversarmos com os líderes partidários para votarmos em caráter terminativo nas comissões ou então trazermos essa matéria em caráter de urgência para o Plenário. Mas, o que for preciso eu vou fazer para que isso aconteça – disse Renan.

Também participaram da reunião com artistas e esportistas os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Ideli Salvatti e Eduardo Suplicy (PT-SP), além do deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF), ex-ministro do Esporte, que disse ser fundamental que essa norma legal seja aprovada agora, pois valerá para os Jogos Pan-Americanos de 2007.

Jane Arraújo

Roosevelt Pinheiro